



CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO ENTRE A REDE DE MERCOCIUDADES E A COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE DAS NAÇÕES UNIDAS (CEPAL)

Este Memorando de Entendimento é assinado entre a Associação Civil Internacional da Rede de Cidades: Mercocidades; doravante denominada "Mercocidades", representada pelo Sr. Ricardo Nunes, Prefeito de São Paulo, Brasil, na qualidade de Presidente da Mercociudades e, de outro lado, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas, doravante denominada "CEPAL", RUT nº 69.500.500-8, representada por seu Secretário Executivo, Sr. José Manuel Salazar-Xirinachs, ambos com endereço principal na Av. Dag Hammarskjöld nº3477, comuna de Vitacura, Região Metropolitana, Chile. Ambas as instituições, agindo em conjunto, serão referidas como "as Partes", concordaram com as seguintes cláusulas do Acordo-Quadro de Colaboração (o "Acordo"):

PRIMEIRA: ANTECEDENTES

Considerando que a CEPAL foi criada pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, de 25 de fevereiro de 1948, para contribuir para o desenvolvimento econômico e social da América Latina e do Caribe.

Que, entre seus mandatos, a CEPAL presta assessoria aos governos a seu pedido e planeja, organiza e executa programas de cooperação técnica e planeja e promove atividades e projetos de cooperação técnica de âmbito regional e sub-regional, levando em conta as necessidades e prioridades da região e cumpre o papel de agência executora desses projetos.

Que a Rede de Mercocidades foi criada em 1995 pelos prefeitos, prefeitos e prefeituras dos governos locais do MERCOSUL e que visa favorecer a participação dos municípios no processo de integração regional, ampliar a inserção internacional das cidades nas agendas internacionais, facilitar a troca de experiências e a cooperação horizontal entre os governos da região.

Que ambas as instituições, a fim de fortalecer e intensificar seus laços de colaboração e trabalho por meio de ações de cooperação, assinaram um Acordo-Quadro de Cooperação em 22 de maio de 2017, que terminou recentemente.

Considerando que, ambas as instituições estão cientes da necessidade de troca de experiências e promoção de esforços de cooperação técnica e institucional.

SEGUNDA: OBJETIVO

O objetivo deste Acordo é estabelecer um quadro de cooperação e facilitar a colaboração entre as Mercocidades e a CEPAL para o fortalecimento das políticas públicas, o planejamento urbano e a promoção de ações no âmbito da Nova Agenda Urbana.

TERCEIRA: AÇÕES DE COOPERAÇÃO

Na hipótese de as “Partes” decidirem celebrar um Programa ou Acordos de Colaboração específicos, deverão conter, no mínimo, o seguinte:

- a) Atividades a serem desenvolvidas
- b) Cronograma de execução e financiamento.
- c) Responsabilidades de cada uma das “Partes”.
- d) Quaisquer outras informações que as “Partes” julgarem pertinentes.

Os Programas ou Acordos de Colaboração específicos farão parte integrante deste Acordo-Quadro de Colaboração e serão regidos por cláusulas próprias e deste Acordo.

QUARTA: ÁREAS DE COOPERAÇÃO

As Partes concordam em realizar atividades de cooperação técnica e institucional nas seguintes áreas:

- a) Assistência técnica
- b) Troca de Informação
- c) Elaboração e/ou publicação de estudos
- d) Participação em reuniões, seminários ou outras atividades
- e) Relacionamento com outras instituições da América Latina e Caribe

QUINTA: CONTRAPARTES E LINKS

A fim de facilitar a comunicação entre ambas as instituições, um representante ou ligação institucional será nomeado para cada uma das Partes, cujas responsabilidades serão, entre outras, a troca de informações, a preparação de documentos, a coordenação geral de atividades e planos que são desenvolvidos no âmbito deste Contrato. As ações específicas acordadas por meio de Protocolos Adicionais terão vínculos operacionais, que proporcionarão o acompanhamento tempestivo das atividades.

Por parte da Mercocidades:

É nomeado o Sr. Jorge Rodriguez, coordenador encarregado da Secretaria Técnica Permanente da Mercocidades, jorge.a.rodriguez@imm.gub.uy



Por parte da CEPAL

Sra. Sandra Manuelito, Encarregada da Divisão de Planejamento de Programas e Operações, Email: sandra.manuelito@cepal.org e como contraparte técnica do Sr. Carlos de Miguel, Encarregado da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Humanos E-mail: carlos.demiguel@cepal.org

A alteração das autoridades responsáveis por uma ou ambas as Partes deverá ser comunicada por escrito à outra a fim de garantir a continuidade deste Contrato, sendo considerada válida a comunicação por meio eletrônico.

SEXTA: ENDEREÇOS

As Partes indicam os seguintes endereços para receber notificações e qualquer outra comunicação que deva ser enviada entre as Partes, relacionada ao cumprimento e eficácia deste Contrato:

Mercocidades

Luis P. Piera 1994
Montevideú
Uruguai

CEPAL.

Av. Dag Hammarskjöld 3477
VITACURA
Chile

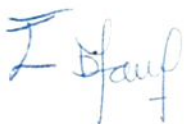
SÉTIMA: RELAÇÃO DE EMPREGO

O pessoal designado por cada uma das Partes para a execução deste Contrato e as ações de cooperação que forem desenvolvidas no âmbito deste instrumento continuarão sob a direção e dependência da instituição a que pertence, pelo que não criará relações de trabalho com a Outra, que em nenhum caso será considerada como empregadora solidária ou substituta com relação aos empregados da outra Parte e será regida pelas regras de cada Parte.

OITAVA: PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os direitos de propriedade intelectual, incluindo direitos autorais e outros direitos sobre documentos, estudos, diagnósticos, várias categorias de publicações (em qualquer formato: impresso, disco compacto, vídeos, páginas da web, etc.) ou informações produzidas exclusivamente sob este Contrato e atividades de cooperação, serão de propriedade da CEPAL. Da mesma forma, a CEPAL concederá licença para uso perpétuo e gratuito, para fins acadêmicos e/ou divulgação à Mercocidades, de tudo o que for produzido no âmbito deste Contrato. Em cada caso, o devido reconhecimento será dado a ambas as Partes e seu nome e logotipo distintivo serão incorporados. As Partes concordam expressamente que poderão utilizar os resultados obtidos com as atividades objeto deste instrumento em suas atividades profissionais.

As partes concordam em não usar em qualquer comunicado de imprensa, memorando, relatório e outra divulgação pública relacionada a este Contrato o nome, logotipo ou imagens de qualquer uma das Partes ou de terceiros, sem o consentimento prévio por escrito da parte em questão ou



do detentor dos direitos autorais de tal conteúdo.

NONA: CONFIDENCIALIDADE

As Partes se comprometem a manter indefinidamente a confidencialidade das informações compartilhadas entre elas durante o desenvolvimento das atividades objeto deste Contrato, exceto aquelas constantes das publicações que forem acordadas.

DÉCIMA: RESPONSABILIDADE

As Partes acordam que qualquer responsabilidade decorrente de caso fortuito ou força maior não será imputável a nenhuma delas, consignando, ainda, que as responsabilidades e direitos estabelecidos neste Contrato poderão ser retomados no momento em que desaparecerem as causas que deram causa à suspensão, desde que sejam as hipóteses previstas nesta cláusula.

DÉCIMA-PRIMEIRA: PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

Nada neste Contrato poderá ser interpretado como renúncia expressa ou tácita aos privilégios e imunidades de que goza a Organização das Nações Unidas e, dentro dela, a CEPAL.

DÉCIMA-SEGUNDA: ACORDO JURIDICAMENTE NÃO-VINCULATIVO ENTRE AS PARTES

O presente Acordo é de natureza interinstitucional, não é juridicamente vinculativo entre as partes signatárias, reger-se-á apenas pelas cláusulas que o constituem e reflete uma declaração da vontade das partes de trabalharem em conjunto para um objetivo comum, com base no princípio da boa-fé.

DÉCIMA-TERCEIRA: SOLUÇÕES DE CONTROVÉRSIAS

Quaisquer diferenças decorrentes da interpretação ou aplicação deste Contrato serão resolvidas por meio de negociações diretas pelas autoridades responsáveis das Partes.

DÉCIMA-QUARTA: VIGÊNCIA

A vigência deste Contrato terá a duração de quatro anos a partir da data em que o ato administrativo que o aprova for integralmente processado, podendo, no entanto, as Partes rescindi-lo antecipadamente, para o que a outra Parte deverá ser notificada por escrito com sessenta dias corridos de antecedência, sem responsabilidade para qualquer das Partes, considerando-se válida uma comunicação por meio eletrônico.

DÉCIMA-QUINTA: MODIFICAÇÃO

Este Contrato poderá ser modificado por mútuo consentimento, que deverá ser feito por escrito e com a assinatura de aceitação de ambas as Partes, entrando em vigor na data do processamento



integral do ato administrativo que aprovar tal modificação.

DÉCIMA-SEXTA: REPRESENTANTES

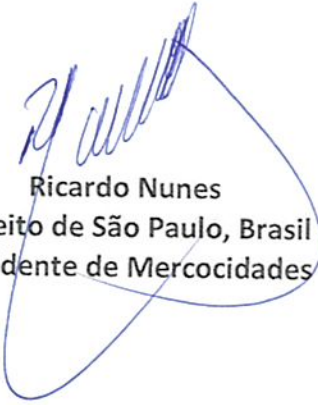
O Sr. Ricardo Nunes, Prefeito de São Paulo, Brasil, foi nomeado Presidente da Mercocidades em 23 de novembro de 2023, para comparecer em nome da Mercocidades.

Por sua vez, o Sr. José Manuel Salazar-Xirinachs, foi nomeado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, em 1º de setembro de 2022, e atua em nome desta CEPAL.

DÉCIMA-SÉTIMA: EXEMPLARES

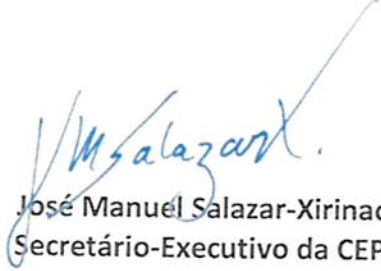
Tendo lido este Contrato pelas Partes e estando cientes de seu conteúdo e escopo, assinam-no em quatro vias, correspondendo a duas vias em português e duas em espanhol para cada Parte, de acordo e para o devido registro.

Mercocidades



Ricardo Nunes
Prefeito de São Paulo, Brasil
Presidente de Mercocidades

Comissão Econômica para América Latina e
Caribe das Nações Unidas (CEPAL)



José Manuel Salazar-Xirinachs
Secretário-Executivo da CEPAL



CONVENIO MARCO DE COOPERACIÓN ENTRE LA RED DE MERCOCIUDADES Y LA COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE DE LAS NACIONES UNIDAS (CEPAL)

Este Memorando de Entendimiento se suscribe entre la Asociación Civil Internacional de la Red de Ciudades: Mercociudades; en adelante “Mercociudades”, representado por el señor Ricardo Nunes, Prefeito de São Paulo, Brasil, en su calidad de Presidente de Mercociudades y por la otra parte, la Comisión Económica para América Latina y el Caribe de las Naciones Unidas, en adelante “CEPAL”, RUT N°69.500.500-8, representada por su Secretario Ejecutivo, don Sr. José Manuel Salazar-Xirinachs, ambos con domicilio principal en Av. Dag Hammarskjöld N°3477, comuna de Vitacura, Región Metropolitana, Chile. Ambas instituciones actuando de manera conjunta, se denominarán como “las Partes”, han convenido las siguientes cláusulas del Convenio Marco de colaboración (el “Convenio”):

PRIMERA: ANTECEDENTES

Que, la CEPAL fue establecida por la resolución 106 (VI) del Consejo Económico y Social de las Naciones Unidas del 25 de febrero de 1948, para contribuir al desarrollo económico y social de América Latina y el Caribe.

Que, entre sus mandatos la CEPAL presta servicios de asesoramiento a los gobiernos a petición de éstos y planifica, organiza y ejecuta programas de cooperación técnica, y planifica y promueve actividades y proyectos de cooperación técnica de alcance regional y subregional teniendo en cuenta las necesidades y prioridades de la región y cumple la función de organismo de ejecución de esos proyectos.

Que, la Red de Mercociudades fue establecida en 1995 por los prefeitos, alcaldes e intendentes de los gobiernos locales de MERCOSUR y que tiene por objeto, favorecer la participación de los municipios en el proceso de integración regional, ampliar la inserción internacional de las ciudades en las agendas internacionales, facilitar el intercambio de experiencias y la cooperación horizontal entre gobiernos de la región.

Que, ambas instituciones con el fin de fortalecer e intensificar sus vínculos de colaboración y trabajo a través de acciones de cooperación, firmaron un Convenio Marco de Cooperación con fecha 22 de mayo del 2017 y que finalizó recientemente.

Que, ambas instituciones están conscientes de la necesidad de intercambiar experiencias e impulsar esfuerzos de cooperación técnica e institucional.

SEGUNDA: OBJETIVO

El presente Convenio tiene como objeto establecer un marco de cooperación y facilitar la colaboración entre Mercociudades y la CEPAL para el fortalecimiento de las políticas públicas, la planificación urbana y promover acciones en marco de la Nueva Agenda Urbana.

TERCERA: ACCIONES DE COOPERACIÓN

En caso de que las "Partes" decidan celebrar Programa o Convenios de colaboración específicos, los mismos deberán contener al menos lo siguiente:

- a) Objetivos y actividades a desarrollar.
- b) Cronograma de ejecución y financiamiento.
- c) Responsabilidades de cada una de las "Partes".
- d) Cualquier otra información que las "Partes" estimen pertinente.

Los Programas o Convenios de colaboración específicos formarán parte integral del presente Convenio Marco de Colaboración y se registrarán por sus propias cláusulas y las del presente Convenio.

CUARTA: ÁREAS DE COOPERACIÓN

Las Partes convienen llevar a cabo actividades de cooperación técnica e institucional en los ámbitos que a continuación se enuncian:

- a) Asistencia Técnica
- b) Intercambio de información y documentos
- c) Elaboración y/o publicación de estudios
- d) Participación en reuniones, seminarios u otras actividades
- e) Relacionamiento con otras instituciones de América Latina y el Caribe

QUINTA: CONTRAPARTES Y ENLACES

Con el objeto de facilitar la comunicación entre ambas instituciones, se nombrará a un representante o enlace institucional por cada una de las Partes cuyas responsabilidades serán, entre otras, el intercambio de información, la preparación de documentos, la coordinación general de actividades y planes que se elaboren y desarrollen en el marco del presente Convenio. Las acciones específicas que se acuerden mediante Protocolos Adicionales contarán con enlaces operativos, los que darán el seguimiento puntual a las actividades.



Por parte de Mercociudades:

Se designa al Sr. Jorge Rodriguez, coordinador responsable de la Secretaría Técnica Permanente de Mercociudades, jorge.a.rodriguez@imm.gub.uy

Por parte de la CEPAL:

Se designa al Sra. Sandra Manuelito, Oficial a Cargo de la División de Planificación de Programas y Operaciones sandra.manuelito@cepal.org y como contraparte técnica al Sr. Carlos de Miguel, Oficial a Cargo de la División de Desarrollo Sostenible y Asentamientos Humanos Correo electrónico: carlos.demiguel@cepal.org

El cambio de las autoridades responsables de una o ambas de las Partes se comunicará por escrito a la otra a fin de garantizar la continuidad del presente Convenio, considerándose válida una comunicación por medios electrónicos.

SEXTA: DOMICILIOS

Las Partes señalan los siguientes domicilios para recibir avisos y cualquier otra comunicación que tenga que ser enviada entre las Partes, relacionada con el cumplimiento y eficacia del presente Convenio:

Mercociudades

Luis P. Piera 1994
Montevideo
Uruguay

CEPAL

Av. Dag Hammarskjöld 3477
Vitacura
Chile

SEPTIMA: RELACIÓN LABORAL

El personal designado por cada una de las Partes para la ejecución del presente Convenio y las acciones de cooperación que sean desarrolladas bajo este instrumento continuará bajo la dirección y dependencia de la institución a la que pertenezca, por lo que no creará relaciones de carácter laboral con la Otra, a la que en ningún caso se considerará como patrón solidario o sustituto respecto de los empleados de la otra Parte y se regirán por las reglas propias de cada Parte.

OCTAVA: PROPIEDAD INTELECTUAL

Los derechos de Propiedad Intelectual, incluyendo Derechos de Autor y demás naturaleza sobre los documentos, estudios, diagnósticos, diversas categorías de publicaciones (en cualquier formato: impresos, disco compacto, videos, páginas web, etc.) o información producida exclusivamente bajo este Convenio y las actividades de cooperación, serán de propiedad de la CEPAL. Asimismo, la CEPAL otorgará una licencia de uso perpetuo y gratuito, para fines



académicos y/o de divulgación a Mercociudades, de todo lo producido al amparo del presente Convenio. En cada caso se les dará debido reconocimiento a ambas Partes y se incorporará tanto el nombre como el logo distintivo de ellas. Las Partes convienen expresamente que podrán utilizar los resultados obtenidos de las actividades al amparo del presente instrumento en sus actividades profesionales.

Las partes acuerden no utilizar en ningún comunicado de prensa, memorando, informe y otra divulgación pública relacionada con este Convenio el nombre, logotipo o imágenes de cualquiera de las Partes o de terceros, sin el consentimiento previo por escrito de la parte en cuestión o del titular de los derechos de autor de dicho contenido.

NOVENA: CONFIDENCIALIDAD

Las Partes se obligan a mantener indefinidamente la confidencialidad respecto de la información compartida entre las mismas durante el desarrollo de las actividades materia del presente Convenio, salvo la que se incluya en las publicaciones que se acuerden.

DECIMA: RESPONSABILIDAD

Las Partes acuerdan que no será imputable a ninguna de ellas, cualquier responsabilidad derivada de caso fortuito o fuerza mayor, manifestando, asimismo, que las responsabilidades y derechos establecidos en este Convenio, podrán reanudarse en el momento que desaparezcan las causas que dieron motivo a la suspensión, siempre y cuando se trate de los supuestos previstos en esta cláusula.

DÉCIMA PRIMERA: PRERROGATIVAS E INMUNIDADES

Nada de lo dispuesto en el presente Convenio podrá interpretarse como una renuncia expresa o tácita de las prerrogativas e inmunidades de que goza la Organización de las Naciones Unidas y, dentro de ésta, la CEPAL.

DÉCIMA SEGUNDA: ACUERDO NO JURÍDICAMENTE VINCULANTE ENTRE LAS PARTES

Este Acuerdo es de carácter interinstitucional, no es jurídicamente vinculante entre las partes firmantes, solo se regirá por las cláusulas que lo constituyen y refleja una declaración de voluntad de las partes de trabajar en conjunto por un objetivo en común, basadas en el principio de la buena fe.

DÉCIMA TERCERA: SOLUCIONES DE CONTROVERSIAS

Cualquier diferencia derivada de la interpretación o aplicación del presente Convenio será resuelta a través de negociaciones directas por las autoridades responsables de las Partes.



DÉCIMA CUARTA: VIGENCIA

La vigencia del presente Convenio tendrá una duración de cuatro años a contar de la fecha en que quede totalmente tramitado el acto administrativo que lo apruebe, sin embargo, las Partes pueden darlo por terminado anticipadamente, para lo cual se deberá notificar a la otra Parte por escrito con sesenta días naturales de antelación, sin responsabilidad para ninguna de las Partes, considerándose válida una comunicación por medios electrónicos.

DÉCIMA QUINTA: MODIFICACIÓN

El presente Convenio podrá ser modificado por mutuo consentimiento, lo cual tendrá que constar por escrito y con la firma de aceptación de ambas Partes, entrando en vigor en la fecha de total tramitación del acto administrativo aprobatorio de tal modificación.

DÉCIMA SEXTA. PERSONERIAS

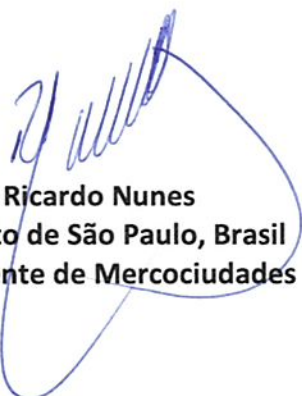
El señor Ricardo Nunes, Prefeito de São Paulo, Brasil, fue nombrado Presidente de Mercociudades el pasado 23 de noviembre de 2023, para comparecer en representación de Mercociudades.

Por su parte, el Señor José Manuel Salazar-Xirinachs, fue nombrado por el Secretario General de las Naciones Unidas, António Guterres con fecha 1 de Septiembre del 2022, y actúa en nombre y representación de este CEPAL.

DÉCIMA SEPTIMA. EJEMPLARES.

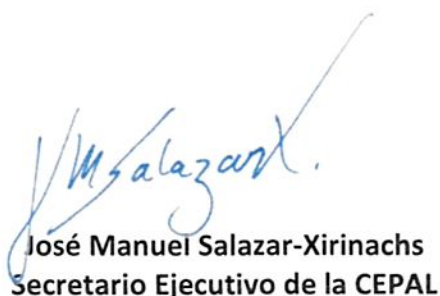
Leído el presente Convenio por las Partes y enteradas de su contenido y alcance, lo firman en dos ejemplares, correspondiendo dos ejemplares en portugués y dos en español para cada Parte, de conformidad y para debida constancia.

Mercociudades



Ricardo Nunes
Prefeito de São Paulo, Brasil
Presidente de Mercociudades

**Comisión Económica para América Latina y
el Caribe de las Naciones Unidas (CEPAL)**



José Manuel Salazar-Xirinachs
Secretario Ejecutivo de la CEPAL